

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-11-2020.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Marcelo Sgarbossa, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 238 e 279/19 e 017, 110, 116, 134 e 147/20 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/20. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e dois minutos às quinze horas e quarenta e seis minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni e João Carlos Nedel. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Alvoni Medina, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Dr. Goulart e Márcio Bins Ely. Às dezesseis horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito a verificação de quórum, para que possamos iniciar os trabalhos da 028ª Sessão Extraordinária, que abrirá diretamente no período de Pauta, depois seguiremos a ordem normal, com exceção da Ordem do Dia, pois hoje não temos matéria para este período.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e seis vereadores responderam à chamada. Estamos em condições de entrar no período de Pauta.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obviamente que me cabe, antes de mais nada, agradecer ao diligente Ver. Paulo Brum, vice-Presidente da Casa, que, mais uma vez, nos socorreu num momento em que estávamos tendo dificuldades de nos encontrarmos em condição de conectar com os demais colegas para a realização da primeira reunião ordinária, já realizada, que antecedeu esta reunião extraordinária.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0543/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o atendimento especializado aos estudantes identificados com altas habilidades e superdotação no Município de Porto Alegre. **(SEI 014.00054/2020-13)**

PROC. Nº 0652/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 279/19, de autoria dos Vers. Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes, que altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.302, de 19 de setembro de 2017 – que dispõe sobre peças e anúncios publicitários de órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, bem como de concessionárias de serviços públicos –, retirando a exceção da incidência da Lei quanto aos anúncios publicitários em rádio. **(SEI 040.00067/2019-22)**

PROC. Nº 0053/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/20, de autoria da Verª Fernanda Jardim, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Nora Livonius Teixeira. **(SEI 166.00002/2020-86)**

PROC. Nº 0282/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/20, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui o Programa de Ensino e Conscientização sobre Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no currículo escolar das redes pública e privada de ensino no Município de Porto Alegre. **(SEI 026.00039/2020-63)**

PROC. Nº 0296/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que declara de utilidade pública o CTG Porteira da Restinga. **(SEI 049.00029/2020-13)**

PROC. Nº 0329/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/20, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que inclui o evento Feira do Automóvel de Porto Alegre no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de

Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado aos domingos. (SEI 138.00030/2020-21)

PROC. Nº 0330/20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/20, de autoria dos Vers Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Luciano Marcantônio, Paulo Brum e Professor Wambert, que susta o Decreto nº 20.291, de 10 de julho de 2019 – que regulamenta a Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o trabalho em regime de plantão de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis) horas na Administração Municipal, e dá outras providências – e alterações posteriores, bem como a Instrução Normativa nº 16, de 30 de agosto de 2019. (SEI 026.00046/2020-65)

PROC. Nº 0352/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/20, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que inclui art. 6º-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre, revoga as Leis nos 8.480, de 27 de abril de 2000, e 8.836, de 18 de dezembro de 2001, e dá outras providências –, e alterações posteriores, determinando a divulgação das informações relativas às compras e às contratações realizadas por meio de dispensa de licitação. (SEI 040.00019/2020-78)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então, encontramos agora com condições de iniciarmos a análise preliminar dos assuntos que se encontram em Pauta. Solicitaria ao nosso diretor legislativo que, por gentileza, informasse quais os assuntos que se encontram em Pauta, merecendo a apreciação dos colegas vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu até queria, Presidente; são mais de 20 projetos. Podemos ler.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obviamente que, como estão disponibilizados os projetos, e os que estavam em 1ª Sessão de Pauta e que estão agora em 2ª Sessão de Pauta não precisam ser nominados; mas os que estão em 1ª Sessão de Pauta são em número muito excessivo também?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): São oito projetos, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência está no comando, Dr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. (Procede à leitura dos projetos em 2ª Sessão de Pauta.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Consulto se há algum vereador interessado em se manifestar neste período. (Pausa.) Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão suspensos os trabalhos da presente sessão para realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h42min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h46min: Estão reabertos os trabalhos. Cumprimento o Ver. Ver. Cassio Trogildo pela brilhante condução da reunião conjunta das comissões permanentes. Consulto ao diretor legislativo se nós temos quórum necessário para entrarmos na Ordem do Dia e se existe matéria prevista para ser votada no dia de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, na verdade, na convocação desta sessão, em razão de não haver matéria para ser votada, o Ver. Paulo Brum, na presidência dos trabalhos, decidiu não haver Ordem do Dia. Teríamos apenas agora os períodos de Grande Expediente e Comunicações.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Prefeito. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e vereadoras. Em nome do Partido dos Trabalhadores volto a um tema gravíssimo que está acontecendo na cidade, que é a questão novamente da Secretaria Municipal de Educação, o não pagamento dos terceirizados da Multiclean, com pessoas não recebendo nem vale-refeição, nem vale-transporte e sendo pressionados, havendo um assédio moral coletivo para que as pessoas vão trabalhar. A lei é muito clara, não tendo fornecimento de vale, não tendo fornecimento de transporte e de alimentação, porque as pessoas estão longe dos seus lares, as pessoas não podem trabalhar, não devem trabalhar. Houve uma grande manifestação, na semana passada, no Centro Histórico em frente à Prefeitura. Eu fiz uma denúncia e a empresa SV, verdadeiro dono da Multiclean, há um processo criminal, eu já citei várias vezes, está fartamente documentado nas questões que eu levei ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à sua Superintendência Regional do Trabalho aqui de Porto Alegre, demonstrando essa verdadeira construção para o logro, mais uma vez, tanto do serviço público, porque a Prefeitura subsidiariamente terá que arcar com qualquer pagamento não realizado por essa empresa. A dona dessa empresa não tem a mínima condição, pelo seu capital registrado, pelo seu imposto de renda, de sustentar as rescisões agora, no dia 15 de dezembro. Não sou o único vereador que está tratando dessa questão, vários colegas, em especial a Ver.^a Karen Santos, o Ver. Alex, entre outros, já levantaram, junto comigo, essa questão.

Não bastasse isso, agora a empresa que estaria para assumir também tem agravantes no governo do Estado por não pagar os servidores. Então, não há uma checagem das empresas que têm senões em outras esferas governamentais. Mais uma vez vai ser feito um contrato, se não houver nenhuma medida cabível... No entanto, estou tomando todas as medidas cabíveis para mostrar que mais uma vez uma empresa assumirá e não pagará esses trabalhadores. Então, em nome de nossa bancada, em nome da boa-fé que deve gerir os contratos com as empresas terceirizadas. Essa empresa não cumpre com a nossa legislação municipal, não tem um Código de Ética de Postura; imagina, seria um contrassenso total e absoluto, não tem, embora a lei mande. Aqui já discutimos isso várias vezes.

Eu pude dialogar inúmeras vezes com o Ver. Camozzato sobre as questões da Lei de Acesso à Informação – LAI, da transparência e, principalmente, do *compliance* que as empresas têm que ter para contratar serviço público a partir de agora. Por isso, mais uma vez, registro aqui a minha preocupação em relação a essa situação dramática em que vivem os trabalhadores terceirizados na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a Vossa Excelência. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, subscrevo o pedido do Ver. Alvoni Medina de adiar o período de Grande Expediente para a próxima sessão. Quero, neste período de oposição, fazer um agradecimento especial a todos vereadores e vereadoras que hoje, manifestando-se ou não, votaram favoravelmente ao projeto de lei, na reunião conjunta das comissões, que cria os cargos em extinção no Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF. Todos nós sabemos que é mais que importante mantermos os serviços de Atenção Básica no Município de Porto Alegre. Infelizmente o governo Marchezan, ao terceirizar parte da saúde, e por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ainda não concluída, sendo que existem inúmeros outros recursos dos sindicatos encaminhados ao Ministério Público do Trabalho e a outros órgãos, garantem que parte desses trabalhadores não sejam demitidos; e outros que o próprio governo havia dito que demitiria – para muitos deles vence esse prazo, agora, nobre Presidente, no dia 4 de dezembro.

Uma vez decidido, na reunião conjunta das comissões, que este projeto de lei estaria apto para entrar e ser votado definitivamente na Ordem do Dia, eu faço um apelo aqui nesta minha manifestação como líder de oposição para que a gente possa votá-lo na próxima quarta-feira, dia 2, quando poderemos sinalizar a todos os cidadãos porto-alegrenses que, se depender da Câmara Municipal, Ver. José Freitas, presidente da COSMAM, não deixaremos o governo atual demitir os trabalhadores da Atenção

Básica ou do IMESF. Se depender da Câmara Municipal, queremos a continuidade do SUS e pela porta da frente, na medida em que todos os cidadãos já fizeram concurso público e querem continuar trabalhando na Atenção Básica. Então, a prioridade das prioridades é agora sinalizar, enquanto Câmara Municipal de Porto Alegre, que este projeto de lei, uma vez considerado constitucional... E nós já sabemos que as pessoas já fizeram, os trabalhadores, concurso público, já está destinado na peça orçamentária, portanto é legítimo, constitucional, nós não só sinalizarmos, mas também pedirmos a compreensão do atual prefeito, do novo prefeito eleito, bem como da Câmara Municipal, na agilização da votação desse projeto de lei. Sabemos nós que, nos debates que ora se apresentaram neste período eleitoral, tanto um como outro candidato, a nossa candidata já tinha se manifestado publicamente que, em ganhando a eleição, no dia seguinte, pediria ao prefeito municipal para não demitir os trabalhadores. O prefeito municipal atual havia sinalizado que os demitiria no dia 4, e o nobre prefeito eleito também sinalizou que queria abrir o diálogo para saber o que estava acontecendo, tanto é que mandou uma equipe para ouvir os sindicatos, especialmente o Sindisaúde e o Sindicato dos Enfermeiros.

Então, neste sentido, nós estaríamos sinalizando o que de fato os candidatos apresentaram neste período eleitoral. Neste sentido, queremos fazer um apelo: que a Câmara sinalize que quer, sim, a manutenção do SUS e, acima de tudo, a manutenção do emprego dos trabalhadores do IMESF. Por isso a minha manifestação e o meu apelo aqui, Presidente, neste sentido, para que a Câmara sinalize, de uma vez por todas, votando o projeto de lei na próxima quarta-feira. Muito obrigado, um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a Vossa Excelência. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Meus prezados colegas, vou falar brevemente, nós estamos no período em que teremos que entrar num assunto muito importante, na lei mais importante de Porto Alegre, que é o nosso orçamento. Já deveríamos estar enfrentando-o, mas, como houve esse atraso lá da Prefeitura, que demorou para fazer o retorno do nosso orçamento, eu acho que talvez nesta semana, ou na outra, vamos ter que enfrentar.

Aí nós estamos observando que até hoje, já passado um ano, o prefeito não pagou nenhuma emenda impositiva, que eu saiba, ao menos as minhas não foram nenhuma paga – essas são verbas para os hospitais, verbas da saúde, importantes e fundamentais para esse tratamento aí. Então, eu não sei o que fazer, porque, se ele não pagar, ele não está cumprindo a lei; quem não cumpre a lei implica, no meu entendimento, em crime de responsabilidade. Eu não sei se não tem como a Câmara perguntar sobre isso ao prefeito, porque nós vamos fazer, de novo, emendas normais e impositivas. Várias emendas normais também não estão sendo atendidas, algumas

foram vetadas, foram derrubados os vetos e ele não deu nem bola. Ou seja, é um desprestígio para a nossa Câmara. Eu estou terminando o meu mandato e gostaria que a Câmara tivesse o seu prestígio, que é normal, que é importante para a nossa cidade. Então, ele não tem dado resposta sobre as emendas impositivas aprovadas no ano passado. Ele teve um ano para pagar e não está pagando. Eu me preocupo, acho até que a presidência poderia entrar em contato com o Sr. Prefeito para ter uma orientação: ele vai pagar, ou não vai pagar. Se não pagar, nós vamos já nos preparar para nos defender. Muito obrigado, era só isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço o Ver. João Carlos Nedel pelo seu pronunciamento e, da mesma forma, que o pronunciamento do nosso querido Ver. Aldacir Oliboni, nós vamos considerar ambos como matéria prioritária para a nossa reunião com o colégio de líderes e a Mesa, que será realizada na próxima quarta-feira. São dois assuntos que, pela sua relevância, merecem ser examinados na profundidade, e nós não teremos dúvidas nenhuma, como sempre dizemos, de seguir a orientação que nos foi determinado pelos nossos colegas que conosco compartilham o comando da Casa, e tomaremos a providência necessária.

Quero dizer mais ainda, que pessoalmente eu me senti muitas vezes inibido de tomar uma providência mais forte nesse período pré-eleitoral porque tudo era entendido como uma manobra política, ou, pelos menos, tudo era acusado como sendo uma manobra política por parte da Câmara de Vereadores. Agora, não existe mais eleição à vista, então, é preciso que alguns assuntos sejam tratados com objetividade e com a clareza que precisam ser vistos, e nisso nós colocamos como uma prioridade forte não só o projeto de lei do Ver. Aldacir Oliboni, mas também o que especificamente diz respeito ao conjunto da Casa, o descumprimento total dessa norma legal que nós introduzimos na legislação municipal e, na primeira oportunidade, está sendo descumprida. E eu acredito que restará descumprida porque quem não fez em 11 meses dificilmente conseguirá fazer em 30 dias. Então, ambos os colegas são lideranças, nós discutiremos esses assuntos amplamente na reunião com o colégio de líderes que teremos na próxima quarta-feira. Correto, Ver. Nedel e Ver. Oliboni?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Agradeço, Presidente. Não vou usar todo o tempo, apenas para dizer da satisfação de poder ter ouvido V. Exa. há poucos instantes, onde coloca a discussão do colégio de líderes para debatermos a prioridade do projeto de lei para a próxima quarta-feira, tanto esse como o projeto de lei sugerido pelo Ver. Nedel, que é de extrema importância, sim, a peça orçamentária. cremos, nós, que a Câmara de Vereadores, embora passou um período eleitoral bastante difícil, tempos de Covid, creio que agora, aos poucos, volta a sua normalidade e também passa a priorizar projetos importantes de todos os vereadores e vereadoras. Creio que, na quarta, votaremos muitos projetos; na quinta, comissões conjuntas, e, nesse sentido, nobre Presidente, V. Exa., embora passando por um período difícil aí da Covid, como falei, dá a possibilidade de que os vereadores eleitos ou não possam encaminhar suas iniciativas, aprovadas ou não, mas ao menos limpe a pauta para dizer à sociedade, ao contrário do que o prefeito atual vinha dizendo, que a Câmara não trabalha; trabalha muito, mas pouco aparece porque a imprensa não prioriza muito as iniciativas dos vereadores, como também o trabalho do vereador em si.

É nesse sentido que nós não só agradecemos, mas há uma enorme preocupação com os trabalhadores da saúde que aqui, enquanto estávamos em sessão, havia centenas de trabalhadores perguntando se havíamos votado o projeto de lei. Na verdade, estávamos nas comissões conjuntas, dando a possibilidade agora de estar na Ordem do Dia e, se Deus quiser, votar na quarta-feira. Portanto, agradeço o seu empenho e o empenho dos colegas vereadores e vereadoras e, se Deus quiser, combinaremos na quarta-feira. Forte abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Meu querido Presidente, meu mestre Reginaldo Pujol, meus colegas, que bom que a gente pode falar neste momento para justamente ir ao encontro, ao âmago do assunto saúde. Nós precisamos aprovar essa lei do Oliboni, que não ficou patente só por ser um artigo da saúde, que é tão falada no mundo inteiro, mas foi a atividade que esses meninos do IMESF que estão ainda aí conseguiram no sentido de ajudar as famílias na prevenção, com aquelas pessoas adoentadas, da transmissão desse vírus aí. Também uma coisa que vai ficar clara agora, mais adiante, é a necessidade que precisamos de preservar o IMESF: uma novidade, o número de coletas de preventivo de câncer da mulher, de câncer de colo de útero, que é o único exame que diz no corpo humano se alguém vai ter câncer, portanto, não deveria ter câncer de colo de útero, foi então, diminuída essa coleta quando começaram a

tumultuar a entrada e a saída do IMESF. O IMESF tem ajudado bastante, orientando nas casas quem precisa, a chamada busca ativa, em relação às pessoas que não fizeram preventivo de câncer.

Então, quero dizer que me irmano para quarta-feira, já participando para os senhores que é de suma importância a gente ver por que motivo está havendo esse entrave e não se resolveu o problema do IMESF. Um abraço, um beijo, vamos firme, Oliboni.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Meus cumprimentos, Ver. Goulart, pelo seu pronunciamento. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Pujol, muito boa tarde; boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a evolução dos trabalhos frente à reunião conjunta das comissões, acho que foi importante, temas relevantes foram apreciados na tarde de hoje. E me parece que nós temos que ter uma certa atenção especial em relação à questão do Orçamento, em especial no que diz respeito às emendas impositivas dos vereadores, porque é um momento importante da contribuição do Legislativo para a cidade, no que diz respeito aos investimentos. Obviamente quero aproveitar a oportunidade também para cumprimentar o futuro prefeito e vice-prefeito eleitos, Sebastião Melo e Ricardo Gomes. Dizer que a gente está atento a essas questões relativas a esse curto espaço de tempo que se avizinha até o final do mandato, então ainda tem muita coisa a ser feita.

Eu também percebo uma tensão grande no que diz respeito ainda à questão que envolve o *impeachment*. Eu acho que essa questão judicial se sobrepõe à vontade do Legislativo em dar um fim a esse capítulo, com o seu desfecho, cumprimentando os vereadores que participaram da comissão, os três vereadores, mas eu acho que seria importante que nós pudéssemos, não por uma intervenção judicial, finalizar esse capítulo e essa etapa a partir de uma decisão do Legislativo, mas eu sei que não depende de nós. Especialmente quero dizer ao Presidente Pujol que está sendo uma honra estar ao seu lado na Mesa Diretora neste ano, um ano atípico de muita dificuldade imposta pela questão do coronavírus. Quero me manifestar aqui muito preocupado com essa questão que assola a todo o Rio Grande do Sul em bandeira vermelha. Ainda está morrendo muita gente, e isso nos preocupa bastante, mas eu acredito que a Câmara se mostrou ativa, propositiva, presente, enfrentando os debates e os problemas da cidade, apesar de todas as dificuldades. Então a minha manifestação, nesta tarde, é nesse sentido, Presidente Pujol, fazendo esses registros e dizendo que estamos atentos e de prontidão para dar a nossa contribuição nesse período ainda que temos de final de uma legislatura e início de outra, para o bem da cidade e das pessoas. Pela atenção de todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, vereador, pelo seu equilibrado pronunciamento, que muito contribui para que possamos nos debruçar sobre esses problemas ainda pendentes de decisão nossa, até o final do ano, conforme é nosso desejo pessoal, e sei que é absolutamente consagrado pela Mesa Diretora e pelas lideranças.

Esgotada a relação de inscritos, consideramos esse período de Comunicações concluído. Agradeço a participação de todos e convoco para a próxima reunião ordinária na próxima quarta-feira. Amanhã teremos uma reunião importante e na próxima quarta-feira também. A nossa Diretoria Legislativa oportunamente fará a devida convocação e eu com certeza encontrarei as amigas e os amigos nesta oportunidade em que nós tentaremos desanuviar alguns processos que interrompem a nossa regular tramitação de matérias.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h20min.)

* * * * *